



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE SUMARÉ - 0122

[2501 a 3000 processos]

Em 4 de março de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR Nº 3/2020, divulgado em 30/1/2020 no DEJT (Edição 2904/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 308/309). Presentes o MMo Juiz Titular DÉCIO UMBERTO MATOSO RODOVALHO e a MMa Juíza Substituta Auxiliar Fixa KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Luís Cláudio da Silva e Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	SUMARE
Lei de Criação:	9.698/98
Data de Instalação:	01/12/1998
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	02/05/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	3 %
Acervo PJe/Acervo Total:	97 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
DECIO UMBERTO MATOSO RODOVALHO	17/09/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
10/04/2019 a 09/05/2019	FERIAS
18/11/2019 a 17/12/2019	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/05/2019 a 15/02/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ERIKA DE FRANCESCHI	10/04/2019 a 09/05/2019
ERIKA DE FRANCESCHI	10/05/2019 a 12/05/2019

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
06/05/2019 a 09/05/2019	LICENÇA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
10/05/2019 a 10/05/2019	LICENÇA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA

NOME	PERÍODO
KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU	07/01/2019 a 18/02/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/07/2019 a 13/08/2019	FERIAS
16/01/2020 a 14/02/2020	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2019]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADELINA DO AMARAL MARTINS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	27/02/2019
APARECIDA DE FATIMA DE SOUZA FRANCO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	24/06/2003
APARECIDA MARIA BARBOSA ZUQUETO	ND	FC-02 ASSISTENTE	21/05/2012
DOMINGOS JOSE DE MUNNO	TJA	-	23/04/2018
ELINE ANA SAMPAIO CORADI CASTRO	ND	FC-02 ASSISTENTE	07/01/2016
FABIANO MAIOLINI	TJA	FC-04 CALCULISTA	18/11/2005
IRACY SANROMAN DURAN	TJA	-	25/09/2017
JAILTON LEITE DA SILVA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	18/10/2016
LEANDRO HENRIQUE CALDAS FERRAZ	TJA	FC-02 ASSISTENTE	11/11/2016
LILIANA SQUARIZZI FERREIRA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	01/09/2011
MARCELO ALVES PEREIRA	ND	FC-01 EXECUTANTE	29/11/2016
MARESTINA PEREIRA DE LIMA LEME	AJ-OJA	-	02/08/2005
MARIA LUIZA GUERRA MARTINELLI	ND	FC-01 EXECUTANTE	17/12/2018
THIAGO DONIZETE MENDANHA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	11/04/2014
VICENTE DE PAULA FERREIRA	AJ-OJA	-	23/09/2019
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			6



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [05/2019 a 12/2019]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	3
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	107
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	2
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	4
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	4
TOTAL	128



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2019]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
CHARLES EDUARDO DOS SANTOS SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/08/2019
KAUANY CAROLINA DINIZ	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2019



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2019]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
DECIO UMBERTO MATOSO RODOVALHO	106
KARINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU	183

SERVIDORES	HORAS
ADELINA DO AMARAL MARTINS	218
APARECIDA MARIA BARBOSA ZUQUETO	51
DOMINGOS JOSE DE MUNNO	42
ELINE ANA SAMPAIO CORADI CASTRO	42
FABIANO MAIOLINI	51
IRACY SANROMAN DURAN	69
JAILTON LEITE DA SILVA	42
LEANDRO HENRIQUE CALDAS FERRAZ	62
LILIANA SQUARIZZI FERREIRA	131
MARCELO ALVES PEREIRA	42
MARESTINA PEREIRA DE LIMA LEME	3
MARIA LUIZA GUERRA MARTINELLI	51
THIAGO DONIZETE MENDANHA	7



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.782	1.230	---
	Aguardando encerramento da instrução	997	845	---
	Aguardando prolação de sentença	382	212	---
	Aguardando cumprimento de acordo	476	495	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.343	2.171	---
	Pendentes de finalização	5.980	4.952	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	69	104	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	577	873	---
	Pendentes de finalização	646	977	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	768	1.865	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	272	238	---
	Pendentes de finalização	1.040	2.103	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	14	12	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	79	46	---
TOTAL		7.759	8.090	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.715	1.699	---
	Aguardando encerramento da instrução	468	858	---
	Aguardando prolação de sentença	306	212	---
	Aguardando cumprimento de acordo	389	458	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.268	2.199	---
	Pendentes de finalização	6.146	5.426	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	90	187	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	430	767	---
	Pendentes de finalização	520	954	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	557	1.727	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	132	152	---
	Pendentes de finalização	689	1.878	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	14	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	18	---
TOTAL		7.355	8.290	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	568	573	275
Exceções de Incompetência	18	17	2
Antecipações de Tutela	141	126	20
Impugnações à Sentença de Liquidação	46	33	35
Embargos à Execução	99	111	44
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	1	0
TOTAIS	872	862	376

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	707	594	320
Exceções de Incompetência	17	24	3
Antecipações de Tutela	376	361	4
Impugnações à Sentença de Liquidação	51	31	26
Embargos à Execução	157	132	69
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	1	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	1	1
TOTAIS	1.310	1.143	424



6 - RECURSOS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.153	1.162	123
Recurso Adesivo	149	154	4
Agravo de petição	153	161	16
Agravo de Instrumento	28	6	7
TOTAIS	1.483	1.483	150

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.749	1.791	132
Recurso Adesivo	181	178	13
Agravo de petição	161	157	18
Agravo de Instrumento	31	10	11
TOTAIS	2.122	2.136	174



7 - PRAZOS MÉDIOS [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	462	218	255	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.434	599	517	---
Total / Média	1.896	506	437	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	394	225	265	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.146	616	539	---
Total / Média	1.540	516	454	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	208	26	27	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	794	39	32	---
Total / Média	1.002	37	31	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	135	79	166	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	689	104	219	---
Total / Média	824	100	207	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	48	1.107	1.336	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	3	654	1.227	---
Total / Média	51	1.080	1.316	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	567	192	296	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.662	522	535	---
Total / Média	3.229	464	474	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	549	223	309	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.529	576	551	---
Total / Média	3.078	513	489	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	290	47	31	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.883	65	43	---
Total / Média	2.173	63	41	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	190	88	211	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	787	110	216	---
Total / Média	977	105	215	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	10	468	1.225	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	10	598	842	---
Total / Média	20	533	1.170	---

*Do início até a extinção da execução

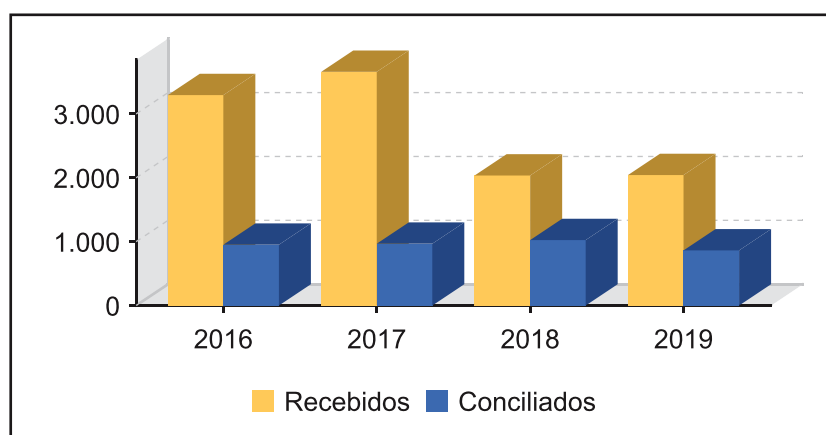


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

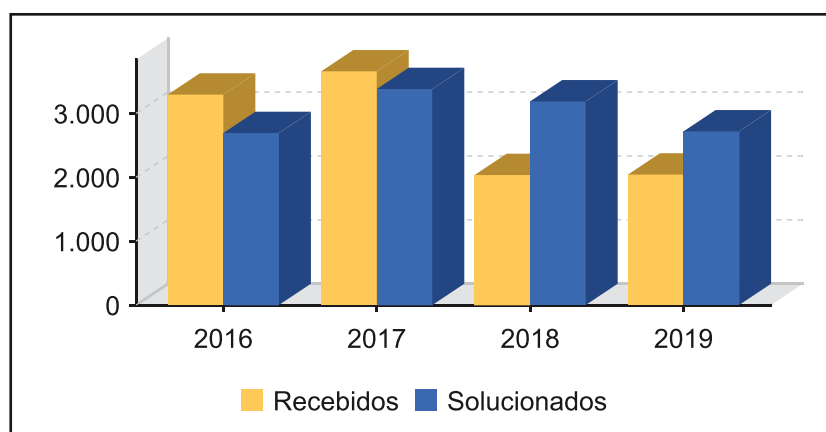
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2019]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2016	3.295	952	28,89
2017	3.659	968	26,46
2018	2.036	1.025	50,34
2019	2.043	863	42,24



8.2 - Índice de soluções [até 12/2019]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2016	3.295	2.693	81,73
2017	3.659	3.382	92,43
2018	2.036	3.189	156,63
2019	2.043	2.719	133,09



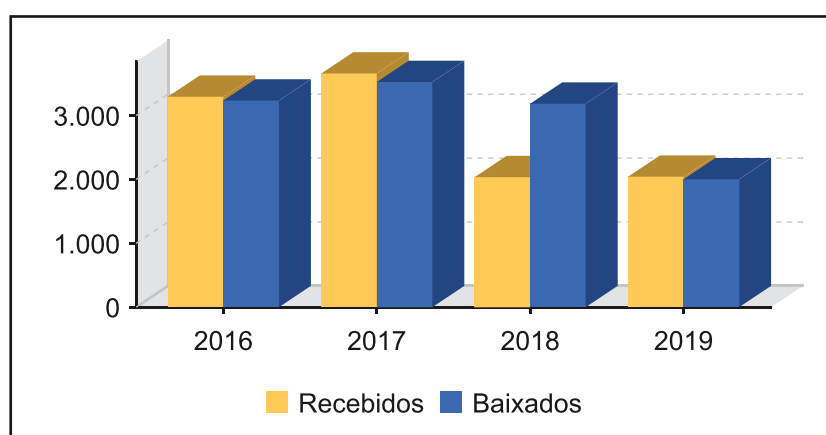


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

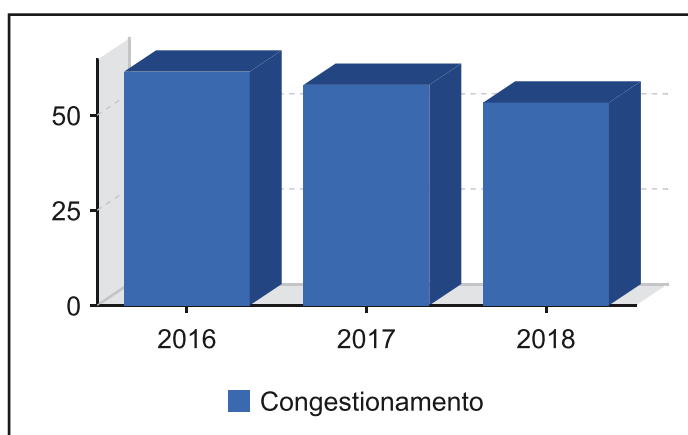
8.3 - Índice de baixas [até 12/2019]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2016	3.295	3.235	98,18
2017	3.659	3.526	96,37
2018	2.036	3.186	156,48
2019	2.043	2.002	97,99



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2016	3.688	3.295	2.693	61,43
2017	4.386	3.659	3.382	57,96
2018	4.793	2.036	3.189	53,30

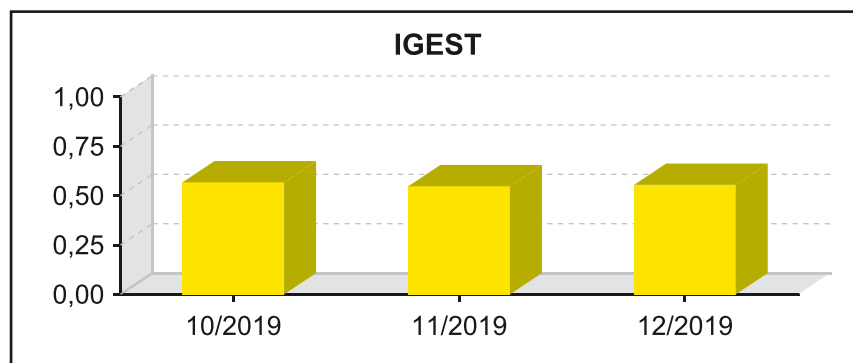
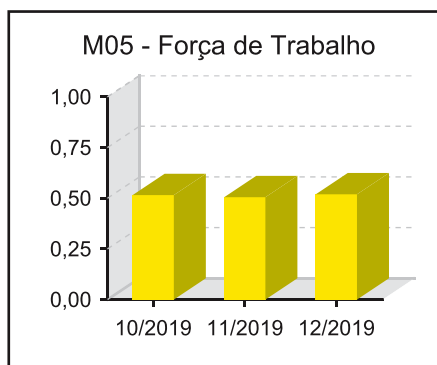
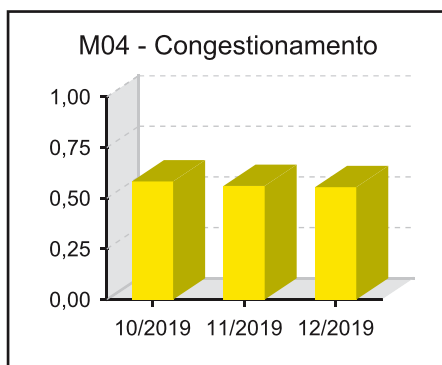
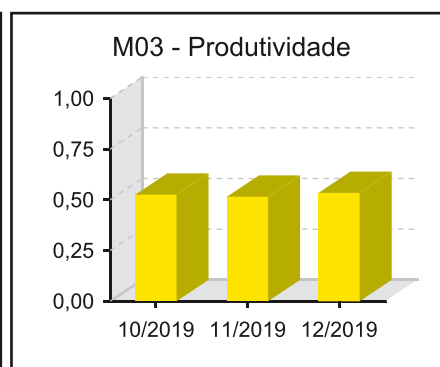
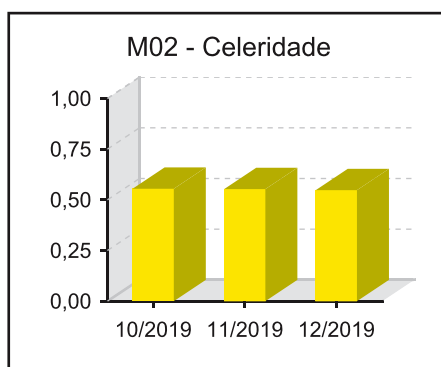
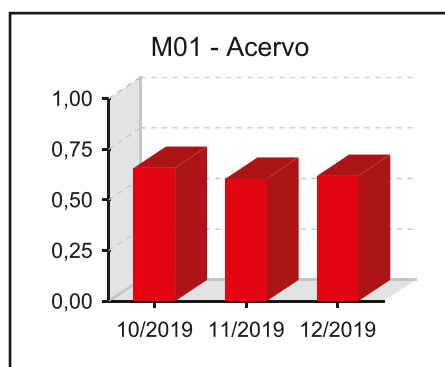




9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2019	0,6576	0,5548	0,5255	0,5829	0,5155	0,5673
11/2019	0,6041	0,5530	0,5152	0,5606	0,5051	0,5476
12/2019	0,6180	0,5477	0,5340	0,5546	0,5195	0,5548





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	863	71,9	37,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.668	139,0	71,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.531	210,9	109,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	188	15,7	8,1
Incidentes Processuais Resolvidos	1.244	103,7	53,6
Dias-Juiz	696	58,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	17.519	85,9	47,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	27.606	135,3	74,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	45.125	221,2	121,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	5.473	26,8	14,7
Incidentes Processuais Resolvidos	17.152	84,1	46,1
Dias-Juiz	11.157	54,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	114.909	62,6	41,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	157.312	85,7	57,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	272.221	148,3	99,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	32.344	17,6	11,8
Incidentes Processuais Resolvidos	103.032	56,1	37,5
Dias-Juiz	82.532	45,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

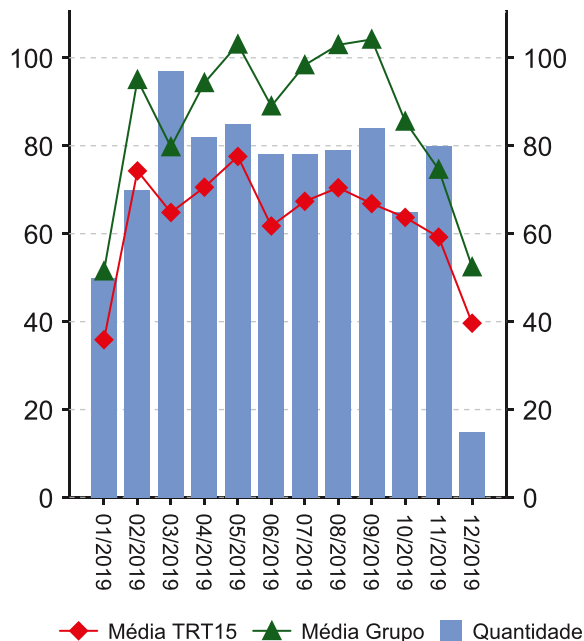
10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[01/2019 a 12/2019]:

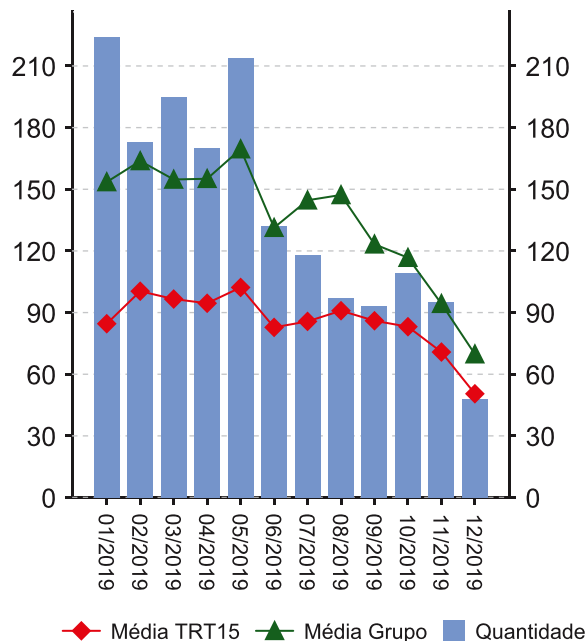
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

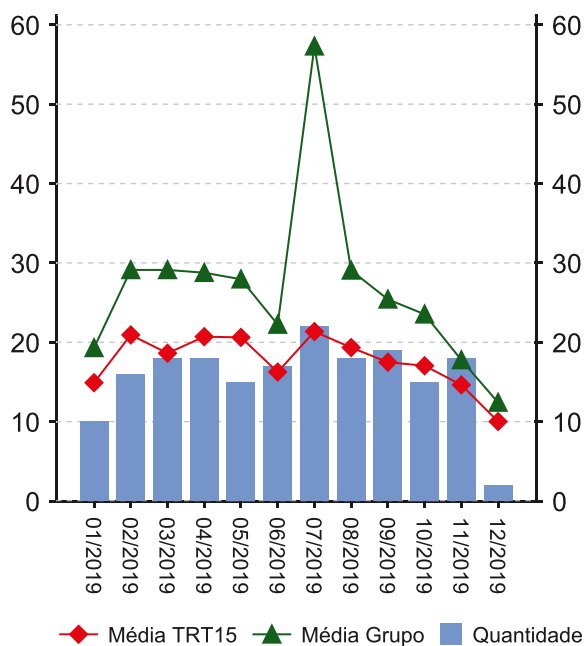
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



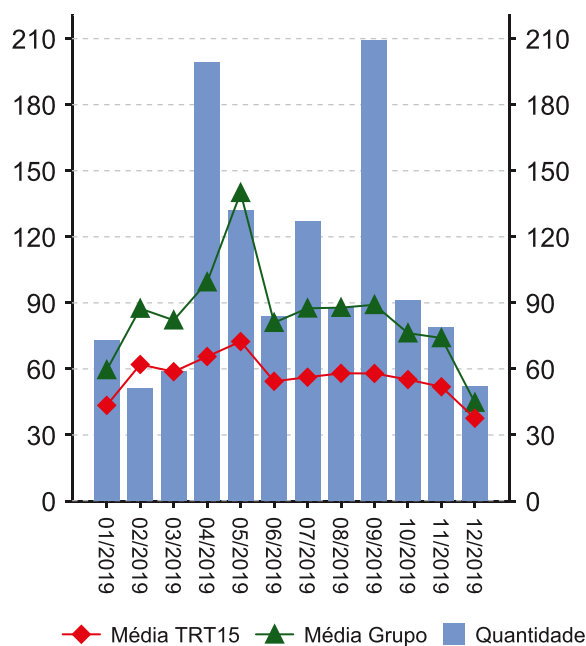
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	292	24,3	12,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.212	101,0	52,2
Sessões de audiência realizadas - una	1.075	89,6	46,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	212	17,7	9,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	171	14,3	7,4
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.287	190,6	98,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	383	31,9	16,5
Dias-Juiz	696	58,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	11.157	54,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	82.532	45,0	---



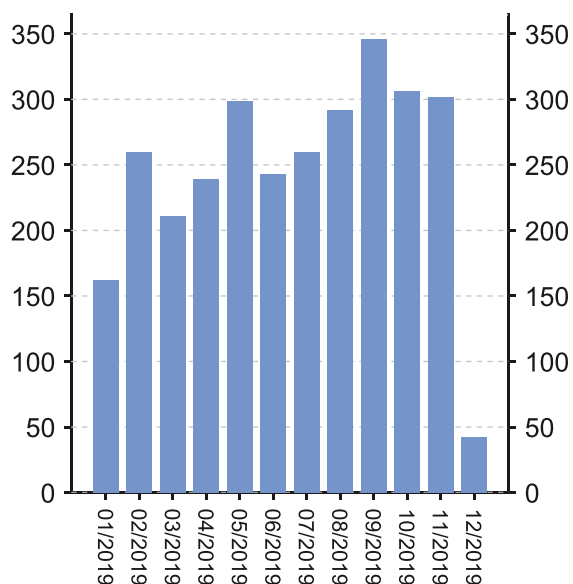
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências

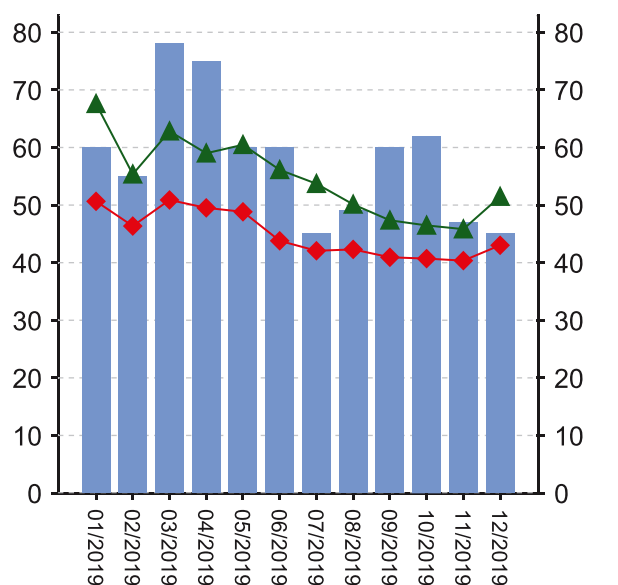
Audiências



■ Quantidade

Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2019	8	6	0	65	83	162
02/2019	17	31	0	133	79	260
03/2019	33	20	0	96	62	211
04/2019	14	7	11	135	72	239
05/2019	18	7	17	119	138	299
06/2019	21	4	20	91	107	243
07/2019	26	11	34	92	97	260
08/2019	20	7	55	105	105	292
09/2019	15	11	70	119	131	346
10/2019	16	15	45	112	118	306
11/2019	17	51	35	125	74	302
12/2019	7	1	5	20	9	42
Total	212	171	292	1212	1075	2962

Dias-Juiz



◆ Média TRT15 ▲ Média Grupo ■ Dias-Juiz

Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2019	60
02/2019	55
03/2019	78
04/2019	75
05/2019	60
06/2019	60
07/2019	45
08/2019	49
09/2019	60
10/2019	62
11/2019	47
12/2019	45
Média Mensal	58,0



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.022	85,2	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.907	158,9	81,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.929	244,1	125,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	286	23,8	12,2
Incidentes Processuais Resolvidos	1.143	95,3	48,8
Dias-Juiz	702	58,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	18.953	92,9	47,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	29.793	146,0	74,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.746	239,0	121,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	5.855	28,7	14,6
Incidentes Processuais Resolvidos	17.245	84,5	43,1
Dias-Juiz	11.997	58,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.670	70,1	44,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	164.867	89,8	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	293.537	159,9	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	38.690	21,1	13,3
Incidentes Processuais Resolvidos	101.714	55,4	35,0
Dias-Juiz	87.228	47,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

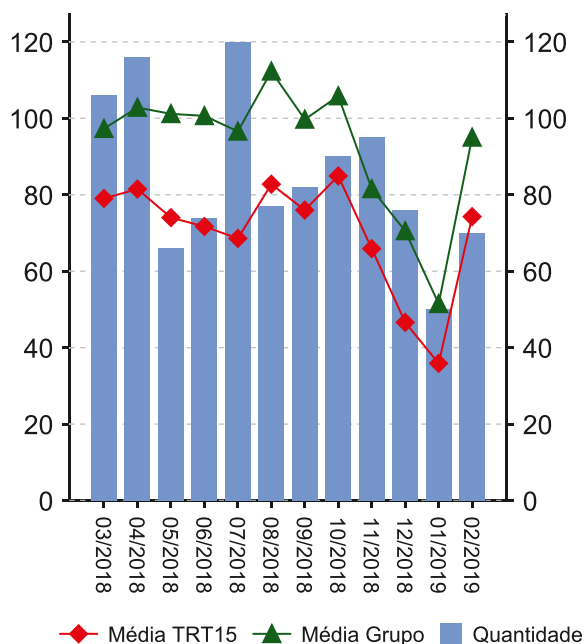
10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[03/2018 a 02/2019]:

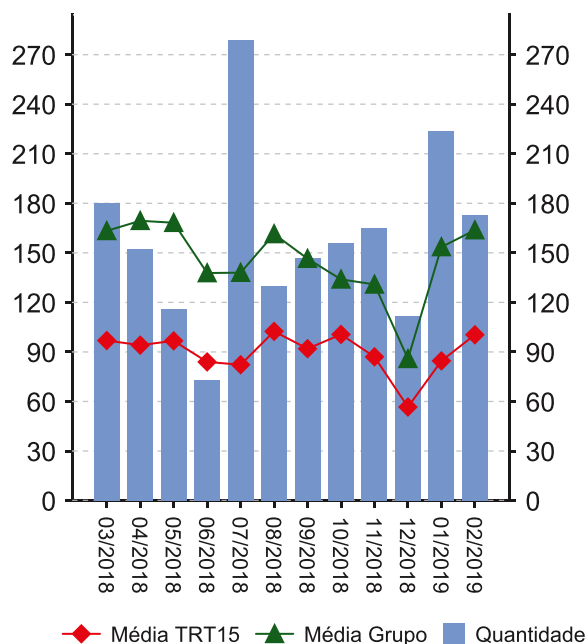
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

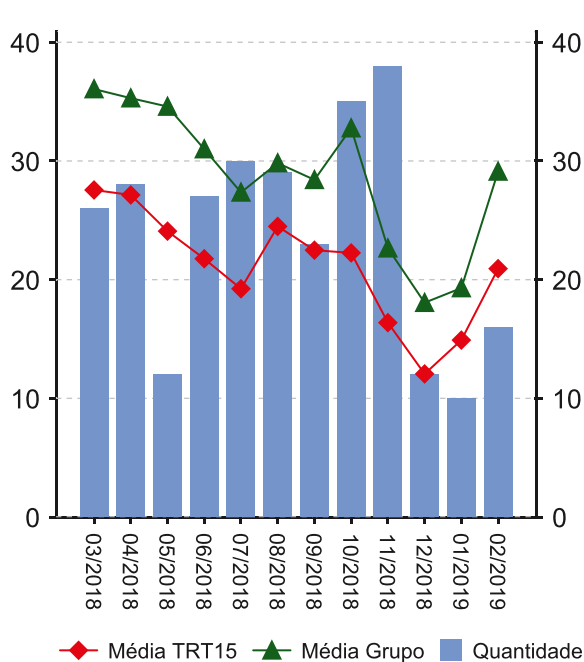
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



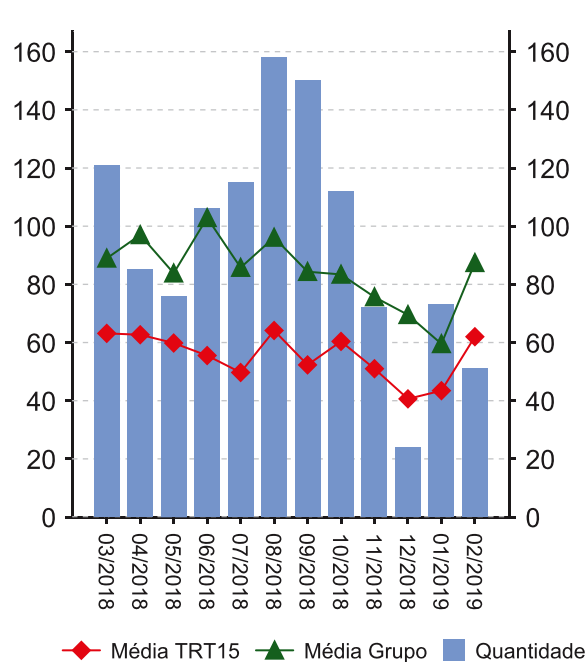
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	188	15,7	8,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.286	107,2	55,0
Sessões de audiência realizadas - una	1.271	105,9	54,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	309	25,8	13,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	214	17,8	9,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.557	213,1	109,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	523	43,6	22,4
Dias-Juiz	702	58,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	11.997	58,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.228	47,5	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

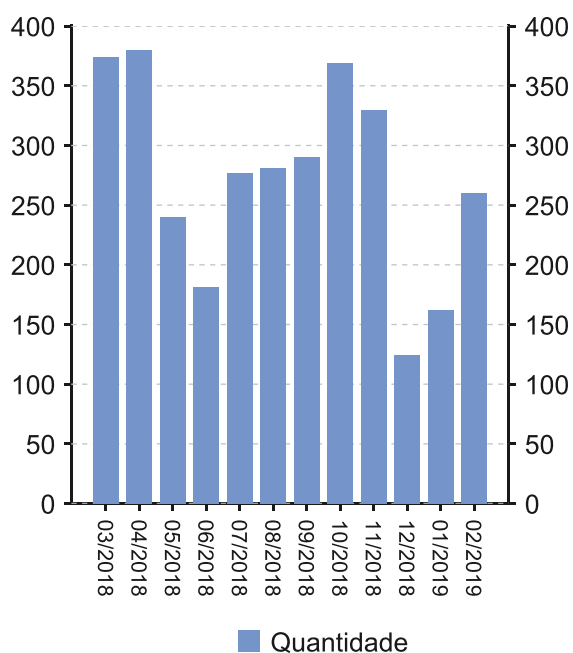
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2018 a 02/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

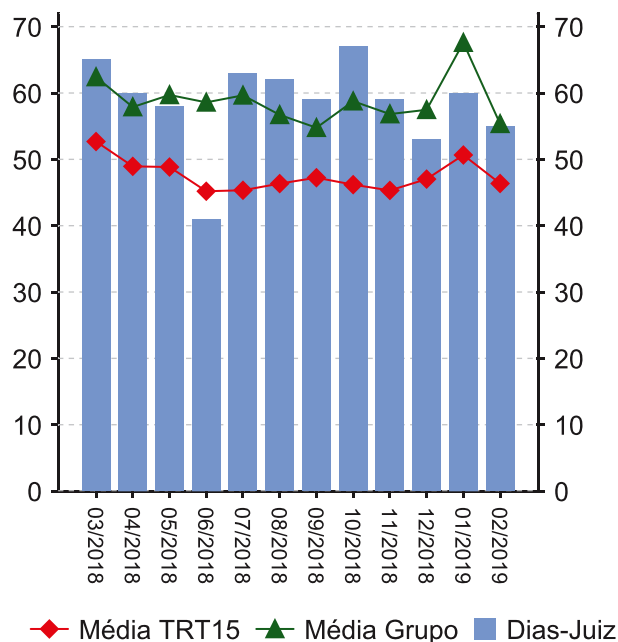
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2018	31	14	84	96	149	374
04/2018	49	28	25	135	143	380
05/2018	17	7	0	114	102	240
06/2018	25	22	0	54	80	181
07/2018	33	9	1	107	127	277
08/2018	17	20	20	123	101	281
09/2018	46	14	54	114	62	290
10/2018	14	22	4	171	158	369
11/2018	41	36	0	132	121	330
12/2018	11	5	0	42	66	124
01/2019	8	6	0	65	83	162
02/2019	17	31	0	133	79	260
Total	309	214	188	1286	1271	3268

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
03/2018	65
04/2018	60
05/2018	58
06/2018	41
07/2018	63
08/2018	62
09/2018	59
10/2018	67
11/2018	59
12/2018	53
01/2019	60
02/2019	55
Média Mensal	58,5



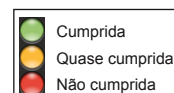
11 - METAS NACIONAIS 2018:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 92% dos processos recebidos no ano corrente

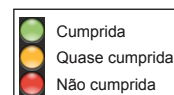
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2036	3189	1873	0	170	266	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016

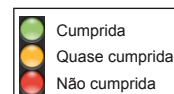
Processos distribuídos até 31/12/2016	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
3295	2966	3107	0	266	86	32 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 92% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1006	1320	926	0	84	110	100 %





11 - METAS NACIONAIS 2018:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Processos pendentes da meta em 31/12/2015	Processos solucionados a partir de 01/01/2016	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
9	9	0	0	100 %

	Cumprida
	Quase cumprida
	Não cumprida



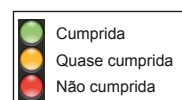
11 - METAS NACIONAIS 2018:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2018	Meta	Grau de Cumprimento
486	514	467	90 %





12 - ARRECADAÇÃO [05/2019 a 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 55.119,41	R\$ 20.487,91	R\$ 10,06	R\$ 1.079.174,94



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2019]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2012	33
2014	1
2015	6
2016	44
2017	649
2018	812
2019	1648



14 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

14.1 – Pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição, somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

14.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

14.3– Não determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

14.4 – faz uso do sistema BACENJUD e, em consulta, em 18/02/2020, verificou-se a existência de 601 (seiscentos e um) protocolos nos últimos 12 (doze) meses, com 7 (sete) pendências desde de 03/10/2018;

14.5 – há audiências designadas em 4 (quatro) dias da semana;

14.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 171 (cento e setenta e uma) no período de 01/2019 a 12/2019;

14.7 – Exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema; mormente liquidação de sentença; quitação; oposição de embargos e data de conclusão aos MMºs



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Juizes para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

15 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pela gestora da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até 06/05/2021.

Juiz Titular/Juíza Auxiliar Fixa

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)		PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)	
		<i>Informação que constou na ata de 2019</i>	<i>Informação para a correição de 2020</i>	<i>Informação que constou na ata de 2019</i>	<i>Informação para a correição de 2020</i>
INICIAIS/ Ord:	30/09/2020	18	7	182	225
INICIAIS/ Sum:	06/07/2020	1	4	171	139
UNAS/ Ord:	06/05/2021	4	4	310	443
UNAS/Sum:	27/10/2020	22	13	182	252
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	06/05/2021	-	1	386	443
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	06/05/2021	-	-	386	443
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	26/04/2021	-	-	288	433
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	26/04/2021	-	-	288	433
CONCILIAÇÃO:	03/03/2020*	-	-	29	14
MEDIAÇÃO:	23/04/2020	20	-	42	65



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	05/11/2020	-	2	-	261

Observações (informações da VT):

*Ratificação e homologação extrajudicial

- Há algumas vagas de instrução reservadas na agenda de 2020 para inclusão de processos urgentes e com tramitação preferencial que entrarem;
- Nos processos com perícia, é designada a perícia e a instrução ao mesmo tempo;
- Se a mediação restar infrutífera e houver necessidade de perícia e instrução, as partes já saem intimadas das respectivas datas;
- Não há diferenciação de pauta de instrução de processo com ou sem perícia;
- Processos da Meta2 são priorizados na pauta de instrução;
- Precatórias inquirórias estão sendo acrescentadas na pauta, principalmente em razão do ano do processo na origem;
- O CEJUSC não tem realizado pautas de mediação na Vara, nem enviado mediadores para auxiliar desde fevereiro de 2019, apesar de nossas solicitações.

15.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

15.1.1 – JUIZ TITULAR ou JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	6	5	1			12
	tarde			7	1		8
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã	6	5	1			12
	tarde			7	1		8
sexta	manhã						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	tarde						
--	-------	--	--	--	--	--	--

15.1.2 – JUIZ AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	6	5	1			12
	tarde			7	1		8
quarta	manhã	6	5	1			12
	tarde			7	1		8
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

Observações que abrangem os quadros 15.1.1 e 15.1.2 acima (informações da VT):

- Normalmente há revezamento dos dias da semana entre os magistrados, pois só há um Secretário de Audiência na Vara;
- Quando há necessidade, os magistrados trocam os dias entre si para evitar redesignações;
- Em regra, são realizadas duas pautas de mediação por mês, com cerca de 30/40 processos cada, sendo uma no mesmo dia de pauta do juiz titular e uma no mesmo dia de pauta da juíza auxiliar.

16 – EXECUÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO COLETIVO (PEC)
ELABORADO PELA UNIDADE E SITUAÇÃO ATUAL – CONSTATAÇÕES:

Durante a visita correicional anterior, a Senhora Diretora de Secretaria da Unidade apresentou a Vara do Trabalho e, em termos sucintos, o Plano de Engajamento Coletivo (PEC) ao Excelentíssimo Corregedor Regional.

No plano elaborado de forma coletiva entre Magistrados e servidores, foram fixados os seguintes objetivos visando a melhoria da prestação jurisdicional:

1. Atuar no mesoindicador ACERVO (priorizar a tramitação e julgamento dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



processos mais antigos, de maneira especial aqueles que ainda aguardam a realização de perícia e audiência)

2. Atuar no mesoindicador CELERIDADE (realizar audiências de mediação, conferir pronto atendimento aos processos das caixas “prazo vencido” e subcaixas “quinzenas” - na tarefa “cumprimento de providências”);

3. Atuar no mesoindicador CONGESTIONAMENTO (tramitar prioritariamente os processos físicos da fase de conhecimento pendentes de baixa, dar andamento aos processos pendentes de laudo contábil ou homologação dos cálculos – priorizando os que estão na tarefa há mais de 30 dias, priorizar a liberação de valores)

4. Atuar no mesoindicador PRODUTIVIDADE (aumentar o número de audiências de conciliação, qualificar a equipe, utilizar o EXE-15 visando a reunião de execuções);

5. Atuar no mesoindicador FORÇA DE TRABALHO (lançar corretamente os andamentos no e-Gestão).

Ante a necessidade de ajustes para a consecução dos fins propostos, nova versão do PEC foi apresentada pela Unidade para inclusão de datas intermediárias para demonstração de resultados parciais.

No acompanhamento pós correição, constatou-se que a Unidade apresentou relatórios com os resultados obtidos após a implementação do PEC.

Analisando os dados apurados durante o período correicional anterior, aqueles do pós correição e os da atual situação da Unidade, ora apresentados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora sugere algumas medidas para materialização das ações propostas, a fim de serem alcançados melhores resultados e efetividade na prestação jurisdicional.

Nesse sentido, a Unidade observará os quadros 7. Partes Interessadas e Responsabilidades/Ações Concretas e 8. Cronograma de Execução e Resultados Alcançados especialmente. O quadro 7, sempre que o caso, indicará dados quantificáveis e mensuráveis, por exemplo, quanto à quantidade de processos aptos à inclusão no SABB e fixará metas parciais ou integrais a serem alcançadas, e o quadro 8 fixará datas periódicas para apresentação de resultados. Nessas ocasiões, após o confronto entre as metas e os resultados, importará checar quais possíveis fatores influenciaram o resultado verificado a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



demandar ajuste do planejamento (Ciclo PDCA – planejar (*plan*), fazer (*do*), checar (*check*) e agir (*act*)), cujo propósito é alcançar uma trajetória positiva.

Ainda, quanto ao PEC, a possibilidade de atribuir a redação de minutas de sentença para servidores da equipe da fase de execução da Secretaria deve ser descartada, haja vista a existência de assistentes de juízes nomeados para esse fim. E, como alternativa às dificuldades enfrentadas para digitação de minutas, orienta-se a Unidade a buscar os meios para viabilizar o mecanismo de digitação por voz, como consta das DICAS da CORREGEDORIA nº 29: Digitação por voz (automática) / Google Docs na INTRANET/JURÍDICO/ORIENTAÇÕES DA CORREGEDORIA.

Recomenda-se que seja dada a devida ênfase à fase de execução, que sofreu um relevante aumento em seu acervo desde a última correição.

O novo PEC da Unidade deve ser apresentado à Corregedoria no prazo de 10 (dez) dias dos artigos 3º e 6º da Ordem de Serviço CR nº 07/2019, que define parâmetros e procedimentos a serem observados no presente ciclo correicional 2020, em continuidade àquele adotado em 2019.

A Unidade é orientada a acentuar a observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais, sobretudo após o decurso do prazo concedido para razões finais.

A Unidade informa que a inclusão de carta precatória inquiritória encontra vaga na pauta em 5/11/2020, ou seja, daqui 261 (duzentos e sessenta e um) dias. É certo que esse prazo, entre outros aspectos, impacta a celeridade processual da unidade deprecante, cuja instrução dependa do cumprimento apenas dessa carta. Nesse sentido, a Unidade deve observância à norma que recomenda aos Magistrados de Primeiro Grau que a audiência para cumprimento de Cartas Precatórias Inquiritórias seja designada extraordinariamente, fora da pauta regular, conforme dispõe a Recomendação CR nº 11/2019.

No tocante à análise e assinatura de atos processuais, a Unidade deve observar a Recomendação CR nº 08/2017 que ressalva a necessidade da rotina diária em despachos e decisões, para que haja tramitação célere e uniforme dos feitos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Considerando o bom resultado obtido por outras unidades, correta a escolha de inclusão de processos no sistema SABB, para a qual se recomenda a inclusão de todos os processos com execuções frustradas.

Reitera-se a importância da *Wiki* Nacional (Fluxo Nacional – JT), ferramenta indicada pela Corregedoria para treinamento e capacitação constante da equipe.

Registra-se a colocação da Unidade no IGest dos últimos 3 (três) períodos de referência disponíveis:

Período de Referência	Cenário Regional	Cenário Nacional
07/2018 a 06/2019	113º	1.135º
10/2018 a 09/2019	127º	1.354º
01/2019 a 12/2019	131º	1.459º

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade da adoção de providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão dos processos, para evitar a elevação dos índices no IGest, que comprometem a posição da unidade no cenário regional e nacional.

Destaca-se também terem sido cumpridas no ano de 2018 as Meta 1 E. CNJ (Julgar 92% dos processos recebidos no ano corrente), Meta 2 do E. CNJ (Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016), Meta 5 do E. CNJ (Baixar 92% do total de casos novos de execução no ano corrente) e Meta 6 do E. CNJ (Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015). Registra-se a Meta 5 da Justiça do Trabalho (Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016) com 90% de cumprimento – conforme item 11.

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional teceu comentários a respeito do elástico prazo para a realização das audiências (outubro/2020, conforme informações da própria Unidade). Assim, considerando:

- a elevação da criticidade do prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução;
- o não cumprimento da Meta 5 da JT para reduzir em 4% o prazo médio de duração do processo;
- a média trienal de 2.579 (dois mil e quinhentos e setenta e nove) processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



distribuídos, a redução de novos processos ajuizados (3.659 em 2016, 2.036 em 2018 e 2.043 em 2109);

- e a atuação de dois magistrados na unidade.

Recomenda que os MMos. Juízes apresentem um plano de ação para incrementar a pauta de audiências, entre UNAS e INSTRUÇÕES, com prioridade para o procedimento sumaríssimo e ênfase à necessidade de mais dias de audiência. O plano de ação deve propiciar, ao menos, a redução de 30% no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que se encontram com prazos superiores a 6 (seis) meses. Prazo de 15 dias a partir da publicação da presente ata.

A Unidade também é recomendada a estabelecer as redesignações e os adiamentos de audiências UNA e de INSTRUÇÕES em vagas extraordinárias, para além da pauta regular, essa, já elastecida em mais de 200 dias.

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional sugere que seja intensificada a prática da mediação, como forma de obtenção de maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional. Nesse sentido, expeça-se ofício ao CEJUSC de Piracicaba, a fim de que sejam previstas e designadas datas de mediação para realização de pautas externas para a Vara do Trabalho de Sumaré, em consonância com as metas estabelecidas pelo NUPEMEC, ao qual também seguirá ofício para conhecimento e acompanhamento.

A Corregedoria tece considerações para a rigorosa observância de seus normativos, bem como da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 19 de dezembro de 2019.

Por fim, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional teceu breves comentários sobre a necessidade de se observar os normativos que tratam dos projetos Garimpo (Ordem de Serviço CR nº 01/2020) e Autoinspeção (Ordem de Serviço CR nº 04/2020).

17 – CUMPRIMENTO DE NORMATIVOS:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



NORMA	VERIFICAÇÃO (pesquisa por amostragem)
Ordem de Serviço CR Nº 02/2019 - Cadastramento de Execução Fiscal ou exclusivamente Previdenciária no EXE 15.	• Única Execução Fiscal em curso pelo e-Gestão (dados de 30/11/2019): autos de nº 0010446-18.2018. Até a presente data, não houve expedição de mandado de pesquisas, tampouco houve cadastro no EXE-15. • No PJe, foram localizados mais 7 processos de Execução Fiscal, todos arquivados definitivamente. Dentre eles, os autos de nº 12309-14.2015, 12561-80.2016 e 12311-81.2015 foram para pesquisas básicas (mandados expedidos) e estão cadastrados no EXE-15. • Quanto ao processo nº 0012311-81.2015, não há registro de execução frustrada, apesar do arquivamento; permanece o cadastro e a penhora no EXE-15, quando há notícia de pagamento/extinção.
Ordem de Serviço CR Nº 03/2019 – Utilização do SABB.	PARCIALMENTE Utilizado em 2019, nos meses de junho, julho e setembro. Não consta nenhum registro em outubro, novembro, dezembro e janeiro.
Portaria CR Nº 06/2019 – Prazo para remessa de Recurso.	SIM Em pesquisa realizada no dia 21/02/2020 verificou-se que: • não há processo Aguardando Remessa; • aplicado o filtro “Tipo de Petição” e selecionado “Contrarrrazões”, “Contraminuta” e todos os Recursos, a petição que aguarda apreciação há mais tempo data de 19/02/2020. • há processos com CHIPS “Remeter Recurso” e os que estão aptos para remessa imediata (datam de 19/02 e 21/02).
Portaria CR Nº 07/2019 – Análise de Petição com depósito de valores.	NÃO CUMPRE Em consulta realizada no dia 26/02/2020 constatou-se: • 011280-84.2019.5.15.0122 - Entrada de petição de “Comprovante de depósito judicial”, no dia 17/02, e, embora a petição não esteja “apreciada” o processo foi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	tramitado para a tarefa “Minutar expediente da secretaria” em 18/02 e, até a presente data, não houve apreciação pelo magistrado. • 0011257-75.2018.5.15.0122 – Entrada de petição em 20/02/2020 comprovando depósito judicial ainda não levada à conclusão e, embora a petição não esteja “apreciada”, o processo foi tramitado para a tarefa “Minutar expediente da secretaria” em 18/02 e, até a presente data, não houve apreciação. • 0010010-93.2017.5.15.0122 – Entrada de petição em 20/02/2002 comprovando depósito judicial ainda não levado à conclusão para apreciação. • 0012416-87.2017.5.15.0122 – Entrada de petição em 20/02 informando quitação e juntando comprovante de depósito judicial ainda não levada à conclusão.
Provimentos GP-CR Nº 03 e Nº 05/2019 – Notificações para entes públicos.	SIM, conforme documento PROAD nº 165.
Recomendação CR Nº 06/2019 – Evitar negar processamento ao Agravo de Instrumento.	SIM
Recomendação CR Nº 07/2019 – colocar nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”	SIM
Comunicado CR Nº 7/2019 – controle RPV / Precatório.	SIM
Comunicado CR Nº 11/2019 – utilização de cartas simples.	SIM
Comunicado CR Nº 16/2019 - necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo.	NÃO Em pesquisa realizada no dia 26/02/2020 verificou-se 18 processos arquivados sem extinção da execução no mês de fevereiro. 0010400-63.2017.5.15.0122 (reunião de execuções. Aqui, inobservância do Comunicado CR nº 05/2019 (procedimentos a serem observados na reunião e na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	extinção de processos de execução) e art. 119, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 19/12/2020); 0012352-48.2015.5.15.0122 (desarquivado para despacho art. 7º do Comunicado CR nº 13/2019); 0012257-18.2015.5.15.0122 (homologado acordo em execução).
--	---

18 - DETERMINAÇÕES:

18.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder a remessa dos autos ao CEJUSC;

18.2 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho, sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito; e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação, a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento;

18.3 – Cumprir com rigor o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019 que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados, especialmente:

18.3.1 – Manter ampla pesquisa prévia à disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas, após satisfeitos os créditos dos processos, a fim de identificar demais processos que tramitem em face do mesmo devedor no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada TRT e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT).

18.3.2 – Manter o remanejamento dos recursos de processos ativos pendentes na mesma unidade judiciária, para quitação das dívidas, seguindo-se o arquivamento definitivo do processo já quitado, desvinculando-o da conta judicial ativa;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



18.3.3 – Manter a informação de existência de numerário disponível aos juízos de outras unidades judiciárias onde esteja constatada a existência de processos pendentes, a fim de que adotem as providências necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo de outras medidas estabelecidas em acordos de cooperação;

18.3.4 – Manter a disponibilização de valores ao devedor, com previsão de prazo não inferior a 30 (trinta) dias para saque, se decorrido o prazo acima de 10 (dez) dias, sem qualquer manifestação dos juízes eventualmente interessados;

18.3.5 – Valer-se dos sistemas de pesquisa disponíveis no Tribunal para identificar o domicílio atual do executado, a existência de conta bancária ativa ou, ainda, de conta ativa do FGTS, a fim de proceder ao depósito do numerário, transcorrido o prazo acima de 30 (trinta) dias, sem levantamento do valor pelo devedor;

18.3.6 – Determinar a abertura de conta poupança na Caixa Econômica Federal em nome do executado e o encaminhamento da informação para esta Corregedoria Regional, se não localizado o executado, tampouco informações anteriores disponíveis para pagamento;

18.3.7 – Expedir alvará determinando a conversão em renda em favor da União, por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), sob o código 3981 – produtos de depósitos abandonados, se os valores depositados não forem resgatados no prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da primeira publicação do edital referido no item anterior;

18.3.8 – Manter expressamente, na determinação judicial para saque, a informação de que o pagamento deverá ser efetuado considerando-se o valor atualizado até o dia do efetivo levantamento, bem como a obrigação de o banco proceder ao encerramento da conta judicial, em qualquer hipótese, para liberação dos valores em contas judiciais;

18.3.9 – Aplicar os mesmos procedimentos acima previstos quando o crédito encontrado no processo pertença ao credor das parcelas trabalhistas,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



advogados ou peritos judiciais, desde que, devidamente intimados, não procedam ao saque dos valores depositados nas contas judiciais no prazo de 30 (trinta) dias;

18.3.10 – Expedir alvará de rateio com a identificação dos valores devidos a título de custas processuais, contribuições previdenciárias e imposto de Renda, determinando o procedimento de recolhimentos correspondentes no prazo máximo de 10 (dez) dias ao banco;

18.4 – Manter observância ao Comunicado CR Nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

18.5 - Determinar a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

18.6 – Observar os normativos: Ordem de Serviço CR Nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15); Ordem de Serviço CR Nº 03/2019 (utilização do SABB); Portaria CR Nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Comunicado CR Nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo).

18.7 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular;

18.8 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, em cumprimento ao art. 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

18.9 - Enviar o novo Plano de Engajamento Coletivo, no prazo de até 10 (dez)



dias corridos, contados da publicação da ata, observando as orientações constantes da Ordem de Serviço CR Nº 07/2019.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1- Apoiar e ampliar a adoção de medidas de incentivo à mediação, com a participação dos servidores da Unidade integrados aos do CEJUSC na realização de audiências por ele realizadas.

19.2 - Designar ao menos um servidor da Unidade para auxiliar nos trabalhos, quando se tratar de pautas especiais ou temáticas estruturadas, nos termos do parágrafo único do artigo 9º da Resolução Administrativa nº 04/2017

19.3 – Apresentar plano de ação para incrementar a pauta de audiências, entre UNAS e INSTRUÇÕES, com prioridade para o procedimento sumaríssimo e ênfase à necessidade de mais dias de audiência. O plano de ação deve propiciar, ao menos, a redução de 30% no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que se encontram com prazos superiores a 6 (seis) meses. Prazo de 15 dias a partir da publicação da presente ata.

20 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Registra-se a visita do OAB de Sumaré, representada pelo seu Presidente Vanderlei César Corniani, OAB 123.128/SP, pelo Vice-Presidente Maurílio de Barros, OAB 206.469/SP, pelo Vice-Presidente da Comissão de Direito do Trabalho Gustavo Fonseca Gardini, OAB 266.018/SPO. Os advogados fazem os seguintes apontamentos aos membros da direção:

- grande distanciamento das pautas da Vara (mais de um ano entre a inicial e a instrução);
- necessidade de mutirão, senão a realização de audiências em mais dias da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



semana;

- redesignação de audiência de instrução adiada para breve e não, na pauta regular, com mais de um ano de espera;
- morosidade na assinatura de ato processuais, na apreciação de petições, na elaboração de alvarás e guias;
- pedido de vinculação da Vara do Trabalho de Sumaré ao CEJUSC de Campinas (atualmente está vinculada ao CEJUSC de Piracicaba). Além da distância, o acesso do reclamante a Campinas é menos oneroso (cerca de R\$2,00) que a Piracicaba (cerca de R\$40,00). Ou seja, a vinculação ao CEJUSC de Piracicaba causa desconforto a advogados e partes;
- pauta de iniciais e rito sumaríssimo também estão distantes;
- elogios à Juíza Auxiliar Fixa Karine Vaz de Melo Mattos Abreu;
- elogios à anterior Juíza Titular Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – O MMº Juiz Titular Décio Umberto Matoso Rodvalho está autorizado a residir fora da jurisdição (PROAD nº 22515/2018).

21.2 – A MMª Juíza Substituta Auxiliar Fixa Karine Vaz de Melo Mattos Abreu está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PROAD nº 5920/2017).

21.3 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

21.4 – Foi informado pela Senhora Diretora de Secretaria da Vara que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e que foram expedidos ofícios às OABs da jurisdição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



22 – OFÍCIOS

Expeçam-se os seguintes ofícios:

22.1 - Ao CEJUSC de Piracicaba, a fim de que sejam previstas e designadas datas de mediação para realização de pautas externas para a Vara do Trabalho de Sumaré, em consonância com as metas estabelecidas pelo NUPEMEC;

22.2 - Ao NUPEMEC, dando ciência da solicitação do item 1 e do pedido da OAB de Sumaré, quanto a retornar a vinculação da Vara do Trabalho de Sumaré ao CEJUSC de Campinas.

23 – ENCERRAMENTO:

No dia 4 de março de 2020, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.